

## LEI COMPLEMENTAR Nº 1.036, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2025.

**Extingue a Fundação de Assistência Social e Cidadania (FASC), instituída pela Lei nº 4.308, de 13 de julho de 1977, e dispõe sobre a absorção de suas competências, patrimônio e pessoal pela Administração Pública Municipal Direta.**

### O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu, no uso das atribuições que me confere o inciso II do artigo 94 da Lei Orgânica do Município, sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** Fica extinta a Fundação de Assistência Social e Cidadania (FASC), criada pela Lei nº 4.308, de 13 de julho de 1977, com a absorção de suas competências, patrimônio, servidores estatutários, tanto em cargos de provimento efetivo como em cargos em comissão, empregados públicos e as funções gratificadas pela Administração Pública Municipal Direta.

**Parágrafo único.** A extinção da FASC, para a criação de uma nova secretaria, será conduzida em conformidade com os princípios e normas estabelecidos pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e pelas demais legislações aplicáveis, incluindo a Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, e a Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, observando também os princípios constitucionais e garantindo a continuidade dos serviços prestados à população por meio da rede socioassistencial, nos termos da Lei Complementar nº 352, de 8 de agosto de 1995.

**Art. 2º** As competências da FASC serão transferidas, por ato do Poder Executivo:

I – à Secretaria Municipal de Assistência Social, quanto às atividades relacionadas à assistência social; e

II – a outros órgãos ou entidades designados, nos termos do ato de transferência, observadas suas competências institucionais.

**§ 1º** O Município de Porto Alegre sucederá a FASC em todos os seus direitos, créditos e obrigações decorrentes de lei, ato administrativo ou contrato, bem como nas demais obrigações pecuniárias, inclusive receitas vinculadas.

**§ 2º** A Secretaria Municipal de Assistência Social (SMAS) manterá as parcerias previstas na Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, firmadas pela FASC, considerando o interesse social dos serviços prestados e respeitando os prazos já estabelecidos.

**Art. 3º** Os bens da FASC serão incorporados ao patrimônio da Administração Pública Municipal Direta.

§ 1º Os bens imóveis de propriedade da FASC serão transferidos para a administração da Secretaria Municipal de Administração e Patrimônio (SMAP).

§ 2º Os bens móveis, materiais e equipamentos serão inventariados e incorporados ao patrimônio do Município, ficando sob a responsabilidade da Secretaria Municipal de Assistência Social para utilização na execução da política de Assistência Social.

**Art. 4º** Ato do Prefeito disporá sobre a transferência gradativa da estrutura, do patrimônio, do acervo, do pessoal e dos contratos da FASC para os órgãos e as entidades da Administração Pública Municipal.

**Parágrafo único.** A SMAP regulamentará a lotação e o exercício dos servidores e empregados da FASC, conforme ato normativo específico.

**Art. 5º** Os servidores e empregados atualmente em exercício na FASC continuarão desempenhando suas funções, independentemente de novo ato de movimentação, até que sejam transferidos ou alocados conforme as necessidades da Administração Pública.

**Art. 6º** A extinção da FASC não implicará em prejuízo às vantagens e aos direitos devidos aos seus servidores e empregados.

§ 1º Para todos os fins, será considerado como se o servidor permanecesse em exercício na FASC.

§ 2º O Poder Executivo manterá instâncias de diálogo com os servidores e empregados da FASC para tratar de questões funcionais decorrentes da extinção da entidade.

**Art. 7º** O Município poderá contratar instituição financeira oficial para intermediar os pagamentos de instrumentos contratuais e convênios administrados pela extinta FASC, mediante ordem de pagamento de autoridade competente.

**Art. 8º** O Conselho Municipal de Assistência Social e o Fundo Municipal de Assistência Social ficam vinculados administrativamente à Secretaria Municipal de Assistência Social, nos termos da Lei Complementar nº 352, de 1995.

**Art. 9º** Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir créditos adicionais na Lei Orçamentária Anual (LOA), obedecidas as prescrições contidas nos incs. I a IV do § 1º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e alterações posteriores, bem como a proceder às alterações necessárias na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e no Plano Plurianual (PPA) para atender as despesas decorrentes da execução desta Lei Complementar.

**Art. 10.** Fica alterado o inc. I do *caput* do art. 9º-A da Lei Complementar nº 352, de 1995, conforme segue:

“Art. 9º-A .....

I - 18 (dezoito) representantes do Executivo Municipal a serem escolhidos dentre os servidores públicos municipais, designados preferencialmente entre as áreas afins, observado o mínimo de 3 (três) vagas destinadas para a Secretaria Municipal de Assistência Social (SMAS);

.....” (NR)

**Art. 11.** Fica alterado o *caput* do art. 20 da Lei Complementar nº 352, de 1995, conforme segue:

“Art. 20. O Fundo Municipal de Assistência Social será subordinado operacionalmente à Secretaria Municipal de Assistência Social (SMAS), sendo administrado por uma Junta Administrativa.

.....” (NR)

**Art. 12.** Fica alterado o art. 21 da Lei Complementar nº 352, de 1995, conforme segue:

“Art. 21. A Junta Administrativa será composta pelos representantes da SMAS no Conselho Municipal de Assistência Social, mais dois servidores designados pelo Município para exercerem esta função.” (NR)

**Art. 13.** Fica alterada a al. c do art. 22 da Lei Complementar nº 352, de 1995, conforme segue:

“Art. 22. ....

.....

c) manter o controle escritural das aplicações financeiras levadas a efeitos na SMAS, nos termos das Resoluções do Conselho Municipal de Assistência Social;

.....” (NR)

**Art. 14.** Fica alterado o *caput* do art. 24 da Lei Complementar nº 352, de 1995, conforme segue:

“Art. 24. Fica criada a Comissão Provisória presidida pela SMAS, para coordenar o processo de eleição do 1º mandato dos representantes da Sociedade Civil para o

Conselho Municipal de Assistência Social, no prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias após a regulamentação desta Lei Complementar.

.....” (NR)

**Art. 15** Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE, 2 de fevereiro de 2025.

Sebastião Melo,  
Prefeito de Porto Alegre.

Registre-se e publique-se.

Jhonny Prado,  
Procurador-Geral do Município.